LEGISLATIVO

Vetos e Orçamento dominam Congresso

Apreciação de 29 rejeições presidenciais — dentre elas, ao Fundo Eleitoral de R$ 5,7 bilhões em 2022 — acirra articulações

» ISRAEL MEDEIROS
» CRISTIANE NOBERTO
» JORGE VASCONCELLOS

O Congresso Nacional entra em uma semana crucial para definir matérias pendentes de 2021 e decidir questões importantes para 2022, ano eleitoral. Deputados e senadores se preparam para uma maratona, que inclui apreciar 29 vetos do presidente Jair Bolsonaro (PL) a projetos que já passaram pelo Legislativo.

A apreciação dos vetos presidenciais, por si só, é um termômetro para indicar a temperatura na relação entre o Planalto e Congresso. Mas ganhou um ingrediente adicional, pois parte deles estão vinculados à aprovação do Orçamento para um ano eleitoral. Nesse imbróglio, há um tema que afeta diretamente os planos dos parlamentares para 2022 — o Fundo Eleitoral, que pode chegar a R$ 5,7 bilhões.

Mesmo sem citar diretamente o Fundo Eleitoral, o vice-presidente do Congresso, Marcelo Ramos (PL-AM), deu a medida da articulação nesta segunda-feira. "Eu não voto orçamento antes de analisar os vetos. Eu não sento na cadeira de presidente para analisar créditos orçamentários antes dos vetos", disse ao **Correio**. Ele afirmou que o projeto de Lei Orçamentária (LOA) de 2022 só deve ser aprovado após a sessão de análise dos vetos presidenciais e em respeito aos prazos da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Os vetos presidenciais deveriam ter sido votados na semana passada, mas não se chegou a acordo para a apreciação das matérias. Fazem parte da lista o veto presidencial ao Fundo Eleitoral, mas há outros pontos polêmicos, como o veto parcial ao projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes para mulheres em situação de pobreza menstrual — veto fortemente criticado pelos parlamentares de oposição ao governo.

Como a questão do Fundo Eleitoral em 2022 interessa diretamente aos parlamentares, eles agiram ontem. Liderados pelo Centrão, vários partidos desencadearam um movimento para derrubar o veto ao aumento do Fundo Eleitoral em 2022 e garantir R$ 5,7 bilhões às campanhas políticas do próximo ano. O grupo não aceita liberar recursos adicionais para o governo em 2021 nem votar o Orçamento do ano que vem antes da análise desse veto.

Ontem, o Centrão, que integra a base do governo na Câmara, obstruiu sessão do Congresso e fez a reunião ser cancelada. Com isso, os parlamentares deixaram de votar um projeto que abre um crédito adicional de R$ 300 milhões no Orçamento de 2021 para conceder o Auxílio-Gás a famílias carentes a partir deste ano. Além desse projeto, os partidos também barraram a votação de outras propostas que liberam gastos no final do ano para o Executivo.

Em votação, ontem, a CMO manteve o valor do Fundo Eleitoral em R$ 2,1 bilhões para 2022, conforme proposto inicialmente pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou um destaque para reduzir o valor para R$ 1 bilhão, mas a mudança foi rejeitada.

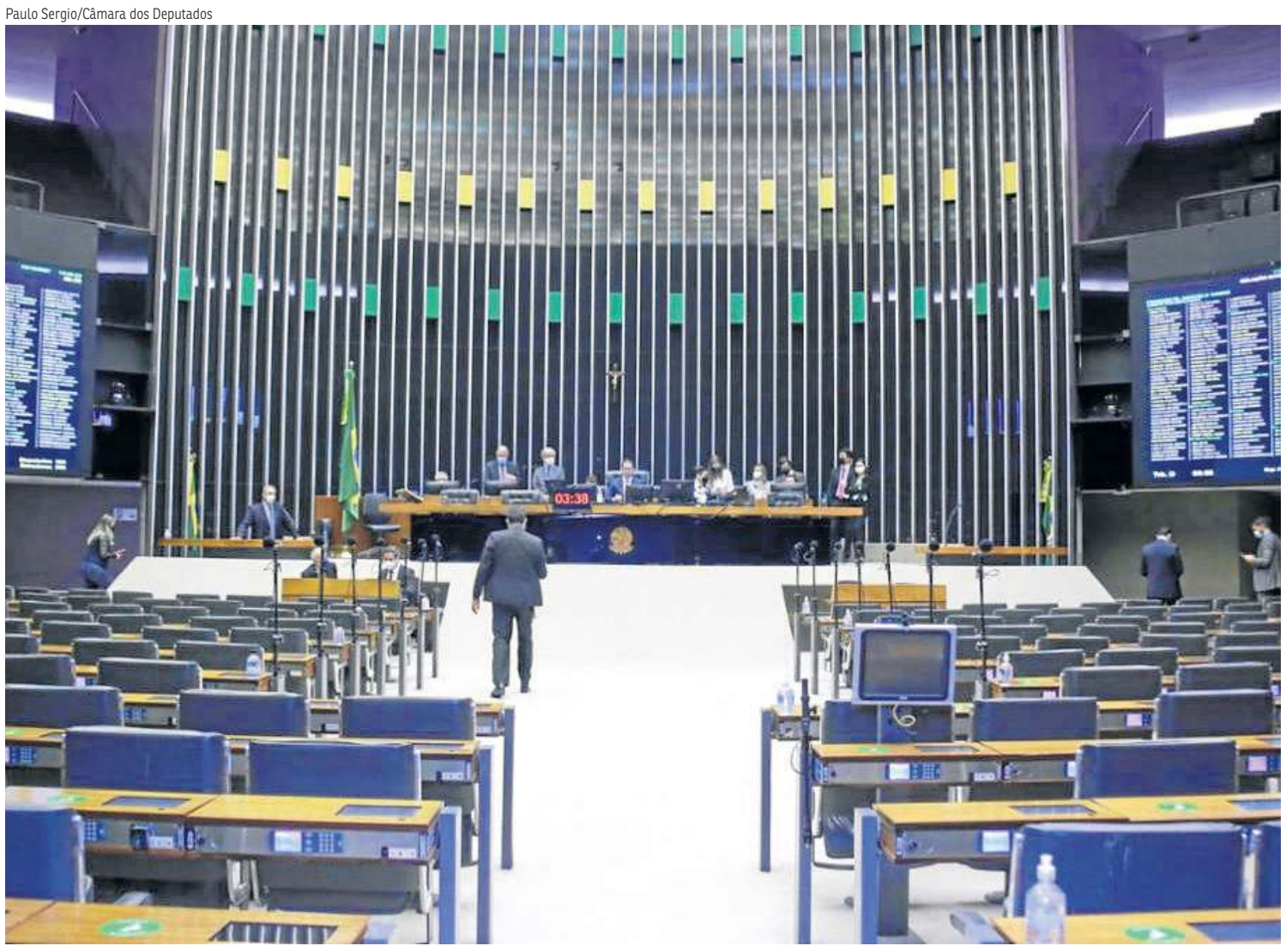
Pobreza menstrual

Há outras discussões controversas na apreciação dos vetos presidenciais. Uma delas refere-se ao auxílio para jovens em situação de pobreza menstrual. O chefe do Planalto vetou parcialmente o projeto de distribuição gratuita de absorventes.

"Estamos falando de meninas em situação de rua, meninas e mulheres no socioeducativo, no cárcere — possam ter acesso a absorvente. Veja, o Governo vetou a concessão de dignidade menstrual para as mulheres e meninas brasileiras", disse a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) ontem, ao defender a necessidade de derrubada do veto. Já há, segundo parlamentares, acordo com o governo para derrubar esse veto, que, segundo Bolsonaro, foi motivado meramente por questões técnicas orçamentárias.

Há, ainda, entre as matérias a serem analisadas, o veto parcial ao projeto que altera a Lei de Segurança Nacional; auxílio a pequenos produtores rurais afetados pela pandemia; e o veto total ao texto que previa regras mais rigorosas para a adoção de crianças e adolescentes. (**Com Agência Estado**)

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão nesta segunda-feira (13): parlamentares de olho no Fundo Eleitoral

> **Eu não voto orçamento antes de analisar os vetos. Eu não sento na cadeira de presidente para analisar créditos orçamentários antes dos vetos"**
>
> ***Marcelo Ramos***
> *(PL-AM), vice-presidente do Congresso*

Votação na CMO deve ir até sexta

» JORGE VASCONCELLOS
» TAÍSA MEDEIROS

O vice-presidente do Congresso, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), pediu à presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), que concluísse a votação dos relatórios setoriais até a manhã de quinta-feira. Mas a parlamentar argumentou que não será possível e que essa etapa só terminará na sexta-feira, após o que haverá a votação do relatório-geral do Orçamento na comissão.

Deputados e senadores aprovaram, ontem, mais quatro relatórios setoriais para o Orçamento de 2022, das seguintes áreas: Saúde; Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Economia, Trabalho e Previdência. Das 16 áreas temáticas, nove foram votadas pela CMO desde a última sexta-feira. Outros sete relatórios estão pendentes de apreciação.

Dentre os setores, o que apresenta emendas com maiores valores nominais é o da saúde. São R$ 8,8 bilhões destinados à área. Apesar disso, o relator, deputado Sanderson (PSL-RS), disse que para realizar ações e serviços públicos de saúde (ASPS) demandaria, pelo menos de um adicional de R$ 6 bilhões.

Demandas

O segundo setor de maior peso orçamentário é o da Economia, Trabalho e Previdência. Representado pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA), o setor acolheu R$ 3,2 bilhões em emendas. "Muitas demandas deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional", declarou o senador. A sugestão é de que R$ 74,8 milhões cortados de investimentos para a máquina administrativa fossem remanejados para áreas sociais.

Em terceiro lugar com maiores recursos para emendas está o setor de Desenvolvimento Regional, representado pela senadora Simone Tebet (MDB-MS). A senadora acatou sugestões de despesas no valor de R$ 2,1 bilhões, e ainda evidenciou que, embora seja 18,5% maior do que o valor proposto em 2021, o Orçamento previsto para 2022 representa apenas 47,7% do montante efetivamente autorizado neste ano.

Senado define hoje novo ministro do TCU

Os senadores definem nesta terça-feira quem será o novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O cargo é cobiçado por ser vitalício e ter grande influência sobre o mundo político. Conterrâneo e colega de partido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o senador Antonio Anastasia (PSD-MG) disputa a vaga com Kátia Abreu (Progressistas-TO) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Os três passarão por uma sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em seguida, analisados pelo plenário. A candidatura de Anastasia será relatada por Cid Gomes (PDT-CE); o parecer da indicação de Kátia Abreu ficará sob a responsabilidade de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e o de Bezerra, com Eduardo Gomes (MDB-TO).

A expectativa é de que Anastasia consiga votos da maioria do Podemos e do PSDB. O mineiro também tem aval de senadores governistas e da oposição, como Carlos Portinho (PL-RJ), líder do partido de Bolsonaro, e de Cid Gomes, relator da indicação. Entusiastas da candidatura do senador de Minas elogiam o perfil dele. Anastasia possui experiência jurídica e foi professor de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Parlamentares que manifestam apoio a Kátia Abreu a consideram mais agregadora e com mais capacidade de articulação tanto com Bolsonaro, já que ela é de um partido da base, quanto com a oposição. Ela foi ministra de Dilma Rousseff e ainda mantém uma relação próxima com os petistas.

A senadora aposta em dissidências nos partidos dos concorrentes. Aliados avaliam, por exemplo, que o MDB irá rachado. Kátia já foi do partido e sua postulação é articulada pelo senador Renan Calheiros (AL). Simone Tebet (MS) e Rose de Freitas (ES), no entanto, se comprometeram a apoiar Anastasia. Aliados de Kátia esperam ter apoio de parte da bancada do PSD, partido do filho da senadora. Contrariando a maioria do Podemos, Oriovisto Guimarães apoia Kátia.

Com o auxílio do líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), Fernando Bezerra tem procurado colegas para negar haver qualquer irregularidade que o impeça de assumir o posto. Pesa contra ele uma investigação do Tribunal de Contas de Pernambuco. Bezerra garante que essa questão já foi resolvida.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Ed Alves/CB/D.A Press

Antonio Anastasia (PSD-MG), Kátia Abreu (PP-TO) e Fernando Bezerra (MDB-PE) concorrem